



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 74/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 14 dias do mês de dezembro de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição das organizações representativas dos trabalhadores dos CTT e da Autoridade Nacional de Comunicações, sobre a situação da empresa e do serviço público postal
  
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD para audição do Ministro do Ambiente e do Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, sobre a passagem da gestão da Carris para a Câmara Municipal de Lisboa
  
3. Petição n.º 216/XIII/2.<sup>a</sup> – Solicitam a adoção de medidas de combate à desertificação do interior do país
  - Apreciação e votação da nota de admissibilidade
  - Nomeação de relator (cabe ao PS)
  
4. Outros assuntos

---

**1. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição das organizações representativas dos trabalhadores dos CTT e da Autoridade Nacional de Comunicações, sobre a situação da empresa e do serviço público postal**

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para apresentar o requerimento em epígrafe.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 74/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

O autor do requerimento considerou que o mesmo era claro, tendo enquadrado a sua apresentação com o facto de, nos CTT, um conjunto alargado de trabalhadores ter sido contactado pela administração, convidando-os a sair, e em simultâneo haver largas dezenas de centros de distribuição postal onde o serviço não estava a ser prestado de forma correta, havendo correio que fica a acumular-se durante vários dias. A título de exemplo, referiu ainda que a própria Assembleia da República já tinha tido consequências no seu funcionamento devido a esse atraso na entrega do correio. Concluiu, afirmando que se havia pessoal a menos para distribuir o correio e pessoal a mais na ótica da administração, a situação tinha de ser discutida, e propondo que se realizasse em primeiro lugar a audição das organizações representativas dos trabalhadores e depois a audição da ANACOM.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Ascenso Simões (PS), Heitor de Sousa (BE) e António Costa Silva (PSD).

O Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) deu conta de problemas que lhe foram reportados quanto à distribuição postal no interior do país; referiu que os serviços postais eram um elemento agregador das comunidades no interior, depois de muitos serviços que foram encerrados, e que nos territórios mais afastados dos espaços urbanos o atraso no correio chega a ter mais de um mês, o que era particularmente grave no caso dos vales e cheques de pagamento de pensões. Considerou que a situação devia ser abordada na Assembleia da República na vertente do serviço público. Concluiu, afirmando que o serviço postal não se resumia à entrega do correio, era muito mais do que isso.

Por sua vez, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) corroborou a intervenção do orador antecedente, e afirmou que havia muitos meses, se não anos, que a regra da entrega do correio azul no dia seguinte não se aplicava. Referiu que a informação que tinha sobre a entrega postal era que todos os indicadores de qualidade que eram praticados nos CTT quando era empresa pública tinham deixado de ser aplicados e cumpridos, com a agravante de se mascarar o encerramento de estações de correios com a abertura de postos de correios em estabelecimentos comerciais, nos quais boa parte dos serviços que eram prestados pelos correios tinham deixado de o ser.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 74/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Abordou também a existência do Banco Postal, que é uma extensão dos serviços dos correios mas era apresentado como uma instituição financeira, cuja criação não cumpria os requisitos aplicados a estas e informou que, aquando da audição da ANACOM, faria perguntas sobre este assunto.

Finalmente, o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) informou que o seu grupo parlamentar nada tinha a opor a este requerimento, que o PSD entendia que os CTT eram uma empresa com uma forte imagem de bom serviço, mas era importante que esta avaliação fosse realizada, tanto no que tocava à situação dos trabalhadores como à manutenção dos requisitos do serviço público pela empresa.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

#### **2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD para audição do Ministro do Ambiente e do Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, sobre a passagem da gestão da Carris para a Câmara Municipal de Lisboa**

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) apresentou o requerimento, que considerou claro. Afirmou que todos sabiam qual era o caminho atual do Governo relativamente aos transportes públicos em geral e os de Lisboa em particular, revertendo as situações anteriores, tendo ficado com um problema nas mãos e assim que encontraram um parceiro – a Câmara Municipal de Lisboa – para gerir os transportes públicos, libertaram-se desse fardo. Referiu também que os portugueses eram confrontados com um memorando de entendimento entre o Governo e a Câmara Municipal de Lisboa que ninguém conhece e que foram anunciadas várias medidas mas não havia quaisquer documentos, pelo que, considerou, havia esclarecimentos que tinham de ser dados. Fazendo referência à auditoria que a Autoridade da Mobilidade e Transportes estava a realizar ao Metropolitano de Lisboa, afirmou que se deveria conhecer, no atual enquadramento dos transportes públicos de Lisboa, qual era o papel que esta entidade tinha. Concluiu, referendo que havia outros municípios que eram servidos pela Carris e que neste momento não tinham garantidas as



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 74/XIII/ 2.ª SL

carreiras nem os horários, não havendo garantia de que a Câmara Municipal de Lisboa iria contar com a parceria das outras câmaras municipais para garantir o serviço aos utentes da Área Metropolitana de Lisboa, uma vez que havia presidentes de câmara que eram críticos desta solução.

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) recordou que nos últimos quatro anos tinha havido uma tentativa de privatização de todos os transportes públicos, com a consequente eliminação de qualquer intervenção do Estado nesse sector. Argumentou que este requerimento tinha o fundamento inverso da justificação apresentada pelo Deputado António Costa Silva (PS) para votar a favor do requerimento do ponto anterior da ordem do dia. Informou que o PS ia votar a favor deste requerimento porque entendia que todos os esclarecimentos deviam ser dados para eliminar as dúvidas que ainda subsistissem na atuação política do PSD. Concluiu discordando dos termos usados pelo orador antecedente.

Pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) foi afirmado que o PSD fazia um exercício de desresponsabilização quanto à gestão dos transportes, tendo-se pronunciado contra os fundamentos deste requerimento. Argumentou que a Assembleia da República podia querer discutir as opções levadas a cabo nesta matéria, mas esta era uma das discussões em que se conhecia bem a opção de cada partido. Considerou que a atuação do Governo PSD/CDS-PP neste sector tinha impactos que ainda se desconheciam. Afirmou que o PCP iria centrar a discussão na opção política de municipalizar a gestão destas empresas, apesar de ter discordâncias, mas com o conhecimento das alternativas, inclusive da experimentada pelo PSD, que pretendia uma parceria público-privada em que o Governo não intervinha na gestão mas pagava as dívidas.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) agradeceu ao PSD pela oportunidade de discutir este assunto na Comissão e de fazer um balanço da política de transportes em Lisboa do anterior Governo. Concluiu, lamentando a ausência do ex-Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, que foi o responsável por essa política.

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 74/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Finalmente, o Senhor Presidente, falando na qualidade de Deputado do CDS-PP, afirmou que acompanhava o requerimento, que não era já altura para fazer o balanço das políticas do anterior Governo, mas sim altura de saber se o novo modelo melhora a mobilidade nas áreas metropolitanas, se o futuro das empresas e dos utentes está melhor defendido e também se estão melhor defendidos os contribuintes.

Numa segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados António Costa Silva (PSD), para argumentar que se deve discutir que tipo de modelo se pretende para os transportes públicos, qual a situação do cidadão com o novo modelo e que contrato está em cima da mesa, uma vez que ninguém o conhece; Heitor de Sousa (BE), para esclarecer que o contrato de concessão em regime de exclusividade da Carris só termina em 2023; José Rui Cruz (PS), para dar o exemplo da situação dos transportes públicos de Viseu, que são municipalizados; e Ascenso Simões (PS), para argumentar que a questão dos transportes merecia uma análise mais ampla, relacionada também com o desenvolvimento urbano, o ambiente e a qualidade de vida das populações, para lembrar anteriores privatizações de transportes públicos rodoviários, como a Rodoviária de Lisboa, e que parte dos transportes públicos de Lisboa estão já privatizados, referindo a forma como é cumprido o serviço público por essas empresas privadas, tendo concluído com referência ao exemplo do Metro de Londres e a experiência de privatização por que passou.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), que lembrou que em 2011 as empresas públicas de transportes de Lisboa tinham uma dívida de 17 000 milhões de euros, grande parte da qual em *swaps*, e que os seus resultados operacionais apenas cobriam 10% dos custos. Considerou sensato fazer-se uma discussão mais abrangente, de avaliação do passado e que apontasse metas para o futuro. Reafirmou que o serviço continuava a ser público, a sua gestão é que seria privada e que, na altura, o Tribunal de Contas tinha afirmado que haveria uma poupança de 400 milhões de anos em 10 anos. Argumentou que a contestação que existia no passado era dos sindicatos mas a contestação atual era das comissões de utentes. Concluiu, afirmando que não tinha colocado em causa a municipalização dos transportes mas sim quem pagava a dívida dessas empresas.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 74/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

#### **3. Petição n.º 216/XIII/2.<sup>a</sup> – Solicitam a adoção de medidas de combate à desertificação do interior do país**

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade**
- Nomeação de relator (cabe ao PS)**

O Senhor Presidente submeteu a votação a nota de admissibilidade, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN. O coordenador do Grupo Parlamentar do PS na CEIOP informou que mais tarde indicaria o Deputado autor do parecer.

#### **4. Outros assuntos**

O Senhor Presidente informou que tinha sido distribuído o relatório final da Petição n.º 53/XIII/1.<sup>a</sup> – “Pretende que em Portugal seja proibido vender pistolas ou armas de brincar”, para ser apreciado e votado neste ponto da ordem do dia, se houvesse não houvesse qualquer oposição. Ninguém se tendo oposto, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Joel Sá (PSD), que apresentou o relatório final da petição, de forma sucinta.

Submetido a votação, o relatório final foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de dezembro de 2016.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 74/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva  
António Eusébio  
Bruno Dias  
Carlos Pereira  
Fátima Ramos  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
Hugo Costa  
Joel Sá  
José Rui Cruz  
Luís Moreira Testa  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Coimbra  
Ricardo Bexiga

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Emídio Guerreiro  
Fernando Jesus  
Fernando Virgílio Macedo  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Paulino Ascensão  
Pedro Mota Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Cristóvão Norte  
Heloísa Apolónia